

Constituinte muda ritmo do Congresso

1988 foi um ano excepcional nos trabalhos legislativos normais do Congresso Nacional, já que até 5 de outubro as atividades dos parlamentares estavam voltadas, basicamente, para a elaboração da nova Constituição. Além da conclusão dos trabalhos da Constituinte, iniciados em 87, o Congresso trabalhou mesmo só após a apuração do pleito municipal de 15 de novembro.

O Senado Federal concluiu suas sessões com os trabalhos da Constituinte durante todo o ano, votando as matérias essenciais de sua Ordem do Dia, como indicação de embaixadores, liberação de empréstimos, nomeação de governadores, entre outras. A Câmara dos Deputados realizou poucas sessões e chegou ao final do ano com uma longa pauta.

Na opinião da maioria das lideranças políticas, entre elas o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, e o presidente do Senado, Humberto Lucena, o esforço das votações de final de ano cumpriu seu objetivo com a aprovação de matérias essenciais para a vida da Nação. Para essas lideranças, a aprovação do orçamento geral da União para 89, do projeto de lei que altera a legislação do Imposto de Renda e do projeto que fixa o novo salário mínimo nacional, tem um significado muito grande para o processo democrático.

Algumas comissões foram formadas no Congresso. A que teve mais trabalho foi a do Orçamento. Para alterar a proposta orçamentária do Governo, principalmente no tocante ao pagamento e à rolagem das dívidas dos estados e municípios.

CORREIO
PARALIENSE

As outras comissões tiveram como tarefa elaborar proposta: de um novo salário mínimo, de alteração dos regimentos internos das Casas Legislativas, adaptando-os à nova Constituição. Todas cumpriram o seu papel, discutindo as matérias e apresentando suas proposições. As comissões de regimento entregaram suas propostas às mesas diretoras das duas casas, para apreciação em 89.

Paralelamente aos trabalhos da Constituinte, funcionou no Senado uma Comissão encarregada de apurar irregularidades no Governo Federal: A CPI da Corrupção.

O Congresso teve, ainda, que elaborar a legislação para as eleições de 15 de novembro. A lei foi aprovada e as eleições municipais realizadas, servindo para que alguns parlamentares eleitos prefeitos não retornem às atividades legislativas no próximo ano, dando lugar a seus suplentes no Congresso.

A nova Constituição redibuiu o território nacional, criando o Estado do Tocantins numa divisão de Goiás e elevou os dois territórios, Amapá e Roraima, à condição de estados.